

# A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE<sup>1</sup>

Gustavo MENEGHETTI\*

- RESUMO: O presente artigo tem como tema a questão social, entendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais advindas do sistema capitalista e da sua inerente contradição capital/trabalho. O contexto de análise é o capitalismo dependente, considerado como sistema econômico-político-social de organização da produção de um conjunto de países nos quais a inserção no capitalismo mundial acontece de forma dependente e complementar em relação aos centros capitalistas avançados. O Brasil é o espaço privilegiado, ampliando-se a análise em termos de América Latina. A tese defendida considera que é somente a partir de uma análise crítica das particularidades assumidas pelo capitalismo dependente que se pode chegar a uma compreensão adequada e completa sobre a questão social nos países da periferia capitalista. O objetivo é acrescentar elementos e ampliar focos analíticos acerca da questão social no capitalismo dependente. O referencial teórico é baseado em três autores vinculados à “teoria marxista da dependência”: Darcy Ribeiro (2007), Ruy Mauro Marini (2000) e Florestan Fernandes (1999).
- PALAVRAS-CHAVE: Questão Social; Capitalismo Dependente; Dominação Imperialista.

## Introdução

A pergunta – o que é questão social? – suscita na maioria das vezes respostas diferentes umas das outras, nas quais, embora existam similaridades, sempre se fazem presentes elementos e focos analíticos um tanto diversos. Não cremos que haja um consenso em torno daquilo que caracteriza o termo questão social. As produções teóricas sobre o tema, em que se destacam, principalmente, sociólogos e assistentes sociais, quase sempre trazem novos enfoques, caracterizações distintas, elementos de análise diferenciados, o que se deve, a nosso ver, não em função dos autores – pois guardam semelhanças em suas abordagens – mas devido à própria complexidade que envolve a questão social.

---

\* Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC). Bolsista da CAPES. E-mail: gutomeneghetti84@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Trabalho teórico originalmente apresentado – como um dos requisitos de avaliação – à disciplina Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos, ministrada pela profa. Dra. Beatriz A. Paiva, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, em agosto de 2007. Apoio da CAPES.

Seria importante elaborar uma definição mais precisa e completa acerca da questão social, o que exige, sem desconsiderar as dificuldades da tarefa, um estudo sistemático e incisivo sobre o tema. Mas essa não é nossa intenção neste artigo.

Entendemos por questão social o conjunto das expressões das desigualdades sociais (de renda, de gênero, étnico-raciais, etc.) advindas do sistema capitalista e da sua inerente contradição capital / trabalho, em que a riqueza socialmente produzida é apropriada por uma minoria, os capitalistas, enquanto a grande maioria, os trabalhadores, fica desprovida ou têm sérias e graves dificuldades para obter os seus meios de vida. Isso supõe a determinação da questão social pelo que Marx (1867) designou como “lei geral da acumulação capitalista”, isto é, a acumulação da riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação da miséria no pólo oposto<sup>2</sup>. Concordamos, ainda, que a designação da questão social como tal se deve, decisivamente, à emergência do proletariado no cenário político (a esse respeito, ver nossa posição nas considerações finais). Esses são pontos mais ou menos presentes nas diversas produções teóricas sobre questão social e que tomamos como nosso ponto de partida.

Por capitalismo dependente consideramos o sistema econômico-político-social de organização da produção de um conjunto de países nos quais a inserção no capitalismo mundial – ou na divisão internacional do trabalho – se construiu e se desenvolve de forma complementar e subsidiária para as economias centrais ou avançadas e de forma dependente e subordinada para as economias nacionais desses países. À idéia de que os países da periferia capitalista são subdesenvolvidos, pré-capitalistas, atrasados, arcaicos, substitui-se pela que considera suas condições de dependência e suas relações de subordinação aos grandes centros do capitalismo avançado. Isso implica, de antemão, analisar as nações de capitalismo dependente a partir de suas condições particulares e não de uma visão derivada do desenvolvimento capitalista em nível mundial, que consideraria via

---

<sup>2</sup> De acordo com Netto e Braz (2006, p. 137), “independentemente das características particulares das economias nacionais, em todos os espaços em que se desenvolveu e se desenvolve a acumulação capitalista, o resultado é essa polarização riqueza/pobreza”. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política*. Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

de regra as economias avançadas como eixo de análise. Devido à nossa proximidade, adotamos o Brasil como referência de análise, o que não nos impede de dialogar e buscar semelhanças nos demais países da periferia capitalista da América Latina.

A questão social tem sido pauta de trabalhos teóricos de diversos autores, alguns deles transformados em livros e, quiçá, a grande maioria publicada em revistas, periódicos e documentos de congressos. Tanto nas ciências sociais como nas produções do Serviço Social, além dos trabalhos de outras áreas e profissões e de outros não expressamente consagrados ao tema, mas que de alguma forma o abordam, enfim, podemos dizer que a questão social tem sido alvo de muitas preocupações teóricas. Defendemos a relevância de se elaborar um trabalho de síntese e análise crítica das produções sobre o tema, mas não realizamos isso aqui. Ao contrário, o que fazemos neste artigo é “colocar mais lenha na fogueira”, para usar um jargão popular.

Nossa tese considera que é somente a partir de uma análise crítica das particularidades assumidas pelo capitalismo dependente que se pode chegar a uma compreensão adequada e completa sobre a questão social nos países da periferia capitalista. Nosso objetivo é, portanto, acrescentar elementos e ampliar focos analíticos contribuindo para um melhor entendimento acerca da questão social no capitalismo dependente. Para tanto, utilizamos como referencial teórico autores vinculados à “teoria marxista da dependência”<sup>3</sup>, particularmente Darcy Ribeiro (2007), Ruy Mauro Marini (2000) e Florestan Fernandes (1999).

## **1 A origem das desigualdades: processo de colonização**

Inicialmente, gostaríamos de retomar um pressuposto central de nossa análise (já salientado na precedente introdução), que

---

<sup>3</sup> Ruy Mauro Marini (2000, p. 106-107), ao falar sobre sua perspectiva teórica marxista, ressalta o rigor conceitual e metodológico do legado de Marx, defendendo que as categorias marxistas devem ser aplicadas à realidade como instrumentos de análise. Nas mesmas páginas, o autor também enfatiza que “[...] é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo da sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado”. Sobre este assunto, Darcy Ribeiro (2007, p. 23) destaca sua rejeição ao que chama de marxismo dogmático, o qual nada mais faz que “transpor mecanicamente às Américas” os esquemas interpretativos que Marx construiu em sua análise do desenvolvimento do capitalismo na Europa.

constitui em estudar ou observar os países de capitalismo dependente – no caso o Brasil – a partir ou tendo como eixo principal de análise as suas condições específicas e particulares. Buscando explicar as causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos, Darcy Ribeiro (2007, p. 23) defende a seguinte posição:

Nestas análises, partimos do pressuposto, geralmente aceito, de que o desenvolvimento desigual dos povos contemporâneos se explica como efeito de processos históricos gerais de transformação que atingiram diferencialmente a todos eles. Estes processos geraram, simultânea e correlativamente, as economias metropolitanas e as coloniais, conformando-as como um sistema interativo integrado por pólos mutuamente complementares de atraso e de progresso. E configuraram as sociedades subdesenvolvidas, não como réplicas de estágios passados das desenvolvidas, mas como contrapartes necessárias à perpetuação do sistema que ambas compõem.

A situação das sociedades desenvolvidas e das subdesenvolvidas não é pura e simplesmente distinta, nem tampouco defasada, mas, sobretudo, oposta e complementar. O desenvolvimento desigual dos países de capitalismo dependente não se explica por suas dificuldades em expandir a economia, em implantar inovações tecnológicas, em atingir etapas de progresso, mas é resultado da inserção no sistema capitalista mundial, através da qual são, ao mesmo tempo, dependentes e complementares para com as economias centrais. Portanto, nosso atraso ou subdesenvolvimento é condição funcional e fundamental do progresso e do desenvolvimento dos países de capitalismo avançado.

Assim foi e tem sido historicamente. Para Darcy Ribeiro (2007, p. 39), as sociedades americanas (dependentes) apenas conseguiram ascender da condição de colônias escravistas das metrópoles ibéricas para se converterem em áreas de exploração neocolonial do imperialismo industrial. Embora tenham experimentado progressos em suas instituições sociopolíticas e em seu sistema produtivo, permanecem subordinadas e dependentes de centros de poder externo. Conclui, então, o autor (idem):

[...] as nações latino-americanas foram contidas e condicionadas em seu desenvolvimento pelos desígnios dos seus novos dominadores que operavam no sentido de perpetuar sua condição de economias complementares e subalternas.

Certamente, acusar-nos-iam de uma análise muito simplista e unidimensional, lembrando que nações como o Brasil tem progredido muito ao longo do tempo, tanto em níveis tecnológicos quanto na cultura, na arte, na ciência. Pois bem, então por que convivemos com tanta pobreza? Responderiam: porque somos, ainda, subdesenvolvidos, ou estamos em fase de desenvolvimento. Ora, se somos ou estamos atrasados é precisamente porque temos sido dependentes e todos os nossos esforços no sentido de progredir e se desenvolver estão condenados ao desvalor, pois não gozamos de autonomia suficiente para imprimir rumos próprios e autênticos ao nosso futuro. Ademais, a dependência de países como o Brasil não é somente econômica, mas se faz sentir na política – de que a ingerência de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI é emblemática – e na cultura – da qual a mídia tem sido agente privilegiado na difusão de elementos culturais dos centros imperialistas sobre nossos gostos, costumes e até valores (os individuais!).

Quiçá tergiversamos, mas não ao acaso. Esse entendimento, a nosso ver, é fundamental para a análise crítica da questão social em países de capitalismo dependente. Sabemos que a questão social foi designada como tal no contexto da revolução industrial, por volta de 1830, então sob a forma de pauperismo. Mas não podemos deixar de reconhecer que o espaço que lhe serviu de observação foi o mundo capitalista europeu, em especial a Inglaterra. Acreditamos que em países de capitalismo dependente, mesmo não explicitada como tal, a questão social já se manifestava há muito tempo – desde as etapas subseqüentes ao descobrimento – e, mais do que isso, desde a colonização já estavam dadas as suas bases determinantes em nações como o Brasil. É precisamente isso que visamos mostrar nesta seção.

Darcy Ribeiro (2007, p. 47) parece corroborar nossa tese ao falar sobre a expansão (colonizadora) européia:

A história do homem nos últimos séculos é, principalmente, a história da expansão da Europa

Ocidental, que, ao constituir-se em núcleo de um novo processo civilizatório, lança-se sobre todos os povos em ondas sucessivas de violência, de cobiça e de opressão. Nesse movimento, o mundo inteiro foi revolvido e reordenado segundo os desígnios europeus e na conformidade de seus interesses. Cada povo e até mesmo cada pessoa humana, onde quer que houvesse nascido e vivido, acabou por ser atingido e engajado no sistema econômico europeu ou nos ideais de riqueza, de poder, de justiça ou de santidade nele inspirados.

A partir da “revolução mercantil”, desencadeou-se um novo ciclo de expansão mercantil marítima, cuja base tecnológica assentava, principalmente, na navegação oceânica e nas armas de fogo. Nesse contexto, os ibéricos, como povos peninsulares, lançaram-se à expansão ultramarina, descobrindo, conquistando e subjugando novos territórios e povos. A Europa que se defrontou com a América indígena, representada por Espanha e Portugal, era constituída por sociedades de base agrário-artesanal, não era a mais avançada economicamente, nem a mais populosa. Mas os ibéricos, herdeiros da tecnologia islâmica para a navegação oceânica, tornaram-se a empresa da descoberta e da colonização e seu atraso em relação a outros países do continente europeu não impediu – na verdade, possibilitou – que Espanha e Portugal se transformassem em entrepostos de suprimento de metais preciosos, açúcar e outros produtos tropicais. Aliás, foram os bens saqueados ou produzidos pelas populações nativas escravizadas que custearam o enriquecimento e a industrialização de outras nações da Europa (RIBEIRO, 2007, p. 47-55).

O processo de colonização do Brasil, evidentemente, faz parte desse contexto de expansão ibérica, sendo a única nação da América colonizada pelos portugueses. Os primeiros núcleos neobrasileiros surgiram da miscigenação e da aculturação entre o índio, o negro e o europeu, em que, sob as compulsões da escravidão, o dominador português impôs sua língua, sua religião e uma ordenação social conformada de acordo com os interesses da nação colonizadora. Ao fim do primeiro século de colonização, segundo Darcy Ribeiro (2007, p. 199), os neobrasileiros haviam instalado-se em áreas que eram dominadas pelos Tupi-Guarani, crescendo sobre suas antigas aldeias, cujas populações eram progressivamente dizimadas por epidemias ou pelo rigor da

escravidão. As fazendas de cultivo de cana e a produção de açúcar que viabilizaram o projeto de colonização do Brasil se instalaram, com base nesses núcleos, mediante a escravização do indígena e, mais tarde, do negro.

No plano cultural<sup>4</sup>, plasmou-se um “povo novo” (RIBEIRO, 2004; 2007), já não indígena, nem tampouco europeu/português, em que a aculturação, intensificada com o comércio de negros africanos, promoveu uma formação cultural nova (brasileira). No entanto, aos poucos se foi derruindo a cultura da população nativa, reduzindo a contribuição do negro ao papel de força de trabalho (mão-de-obra escrava) e o colonizador português foi impondo seus valores, sua religião, sua visão de mundo, seus hábitos “modernos”, modificando profundamente a cultura indígena e impedindo qualquer desenvolvimento sociocultural autêntico e autônomo. No plano político e econômico, para Darcy Ribeiro (2007, p. 201),

o traço dominante dos novos núcleos era terem um comando econômico e político externo [...] que conduziria as comunidades nascentes para um sistema produtivo novo, de base mercantil, porque montado para produzir lucro e de organização escravocrata.

Na área açucareira (1530-1650), nas zonas de mineração aurífera (1700-1780), na grande lavoura de café (1840-1930) e em alguns núcleos menores, como a economia de algodão do Maranhão (1770-1820) e da borracha amazônica (1880-1913), cada uma dessas áreas – que desenvolveram sistemas de produção e formaram suas culturas<sup>5</sup> – viveu um período de “esplendor”, com a integração no mercado internacional, mas com a decadência da produção exportável, caíram, uma após outra, em “largas quadras de letargia”, permanecendo uma população residual, pobre e incapaz de reordenar a vida econômica e social sem uma motivação externa (RIBEIRO, 2007, p. 202-203).

---

<sup>4</sup> Sobre a formação cultural e étnica brasileira ver Ribeiro (1995; 2004).

<sup>5</sup> Formaram-se, segundo Darcy Ribeiro (2007, p. 202), diversas formas de ser brasileiro, permitindo distingui-los como sertanejos do nordeste, caboclos da Amazônia, caipiras paulistas, crioulos do litoral (entre outros), todos marcados pelo que têm de comum como brasileiros.

Importa, ainda, considerar o papel desempenhado pelo sistema de fazendas desde a colonização. Darcy Ribeiro (2007, p. 210) afirma que “a fazenda constitui a instituição básica modeladora da sociedade brasileira”. O sistema de fazendas se opõe ao sistema tribal, fundado no usufruto coletivo da terra por parte de uma comunidade indiferenciada; e ao sistema feudal, baseado na relação servil do camponês ao senhor, mas estruturado para o provimento da própria subsistência; precisamente por sua natureza de empresa capitalista mercantil destinada a produzir lucros pecuniários. A essência do sistema de fazendas se encontra no fato de ser uma organização empresarial que integra a mão-de-obra numa unidade operativa destinada à produção para o mercado externo, sob um comando patronal que visa o lucro. Como diz Darcy Ribeiro (2007, p. 213), “[...] e essas qualidades fazem dele um modo de produção capitalista-mercantil dentro de uma formação colonial-escravista”. A fazenda combinava o capitalismo mais desenvolvido de então com a forma mais arcaica de contingenciamento de mão de obra: a escravidão. O Brasil, assim, não era uma nação, mas uma feitoria:

[...] e os interesses da camada dominante a queriam assim, latifundiária e escravocrata, depois latifundiária e “livre”, mas sempre latifundiária e oligárquica. Por essa razão o acesso do camponês à posse da terra, que teria formado a base da sociedade nacional, jamais se concretizou, e a Independência e a República se fizeram como contrafações de um sistema oligárquico que era e queria continuar a ser o “proletariado externo” de mercados estrangeiros (RIBEIRO, 2007, p. 214).

A ordem fazendeira significava também o monopólio da terra nas mãos de uma minoria, que obrigava toda a massa da população a servi-la como mão-de-obra escrava ou mal assalariada, como única condição para prover sua subsistência. Desde já era o grave problema do latifúndio; grandes fazendas, enormes extensões de terra, monocultura, exploração da força de trabalho, produção para o mercado internacional. Ao longo dos anos, esse caráter latifundiário foi concentrando terra muitas vezes não para explorar, mas para monopolizar. E o prior é que a política brasileira da Colônia ao Império e na República esteve sempre

atrelada aos latifundiários, garantindo essa ordenação antipopular e antidemocrática, assentada no monopólio da terra e da mão-de-obra por uma minoria.

Matrizes raciais díspares e tradições culturais distintas se fundem para dar lugar a um “povo novo”, um novo modelo de estruturação societária, que surge como uma etnia nacional, um povo-nação (diferente do que ocorreu com a América hispânica).

Velho, porém, porque se viabilizava como um proletariado externo. Quer dizer, como um implante ultramarino da expansão europeia que não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial, através do desgaste da população que recruta no país ou importa (RIBEIRO, 2004, p. 20).

A confluência de tantas e tão diversas matrizes formadoras numa só nação chega a causar espanto. Mas não é nada estranho que esta uniformidade cultural brasileira tenha que conviver com uma profunda estratificação social, gerada a partir do processo de colonização, que opõe uma camada privilegiada à massa da população, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais. Ao lado da unidade nacional, convivemos com “tensões dissociativas de caráter traumático” (RIBEIRO, 2004), entre a massa do povo e a minoria privilegiada, “[...] que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora e a deplora, como se essa fosse uma conduta natural [...]” (RIBEIRO, 2004, p. 24).

Estas rápidas e instigantes observações já nos bastam para anuir a tese de que a questão social em países de capitalismo dependente – como o Brasil – se manifestava há muito tempo e desde a colonização já estavam dadas as suas bases determinantes. A maioria dos autores que falam sobre questão social atribuem peso considerável, quase que inexoravelmente, à desigualdade no acesso à riqueza ou, noutras palavras, à concentração de renda nas mãos de uma minoria enquanto a massa do povo se vê a duras penas para conseguir seus meios de vida. Ora, esta condição deplorável não constitui prerrogativa da sociedade industrial, nem sequer surge a partir da revolução industrial ou do processo de urbanização que a acompanha. Desde a colonização, o Brasil se formou uma colônia escravista e mercantil, inserida num sistema

capitalista, operando como economia exportadora e destinada a produzir lucros para a metrópole. E tudo isso ao preço da escravização da população nativa e dos negros trazidos da África e da exploração violenta do conjunto da força de trabalho que estes contingentes formavam.

Mesmo decisivo, o fator econômico não é o único determinante da questão social. Aliás, a própria economia é atravessada pela política, que a direciona e a conforma em seus objetivos e estratégias. No caso do Brasil, tanto influenciou os direcionamentos políticos da metrópole colonizadora, voltados à expansão territorial e comercial, quanto teve peso as estratégias políticas das elites lusitanas, luso-brasileiras e, mais tarde, brasileiras, que buscavam adequar aos interesses externos os seus gostos suntuosos. Mais lúcido é tratar a economia exportadora e a política imperialista como dois lados de uma mesma moeda, que andam juntos e se interinfluenciam, e cujo resultado que produzem para a massa populacional foi, é e sempre será o que conhecemos como questão social.

A questão social tem ainda outros determinantes, os quais também estavam presentes desde o processo de colonização. Aliás, podemos dizer que tais determinações surgiram já nos primórdios da colonização, quando se formaram os primeiros núcleos neobrasileiros, em que o processo de aculturação que os constituiu foi presidido pela matriz cultural portuguesa. Dissemos antes que o colonizador português impôs sua religião, seus valores, sua visão de mundo, seus hábitos “modernos”, de tal forma a reduzir drasticamente as contribuições culturais dos negros africanos e dos indígenas nativos. Pior que isso, tal fato significou um obstáculo irremediável a qualquer tentativa de desenvolvimento sociocultural autônomo por parte da população originalmente habitante das terras brasileiras. Falamos, portanto, de determinações culturais da questão social, em que o colonizador europeu foi incorporando seus interesses às crenças, aos valores, aos costumes de indígenas e negros, modificando-os a seu modo e criando uma organização societária que lhe permitia explorar via (também) uma violência não-física o conjunto da força de trabalho. Há um dito popular que nos parece expressivo: “o Brasil é um país de índios, construído por negros, para privilégio de brancos”.

## **2 Dominação imperialista e dependência**

Dominação imperialista quer dizer expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras. A expansão colonizadora de que o Brasil foi “vítima” pode muito bem ser considerada como dominação imperialista. Parece-nos óbvio, por tudo que dissemos anteriormente, que o processo de colonização brasileiro foi um processo de dominação do império português sobre nosso território, economia, política e cultura. Direcionamos nosso olhar, agora, para a dominação imperialista e a dependência de que padece o Brasil não mais à época da colonização, mas nos tempos contemporâneos. Nossa intenção, aqui, é mostrar de que forma ambas as condições, de dominação externa e dependência, produzem, reproduzem e intensificam a questão social no capitalismo dependente brasileiro e latino-americano.

Foi saqueando as riquezas de diversos povos e engajando para o trabalho escravo e servil milhares de homens que a Europa pôde acumular os capitais necessários para levar a cabo a revolução industrial. Ao mesmo tempo em que construía um mundo extra-europeu de povos supridores de matérias-primas e consumidores de manufaturas, mediante todas as formas de opressão e terrorismo. Até fins do século XIX, prevaleceu a posição reitora da Europa sobre o contexto mundial e as disputas intra-europeias pelo domínio do mundo. Era o tempo dos povos ingleses, holandeses, franceses, alemães, que sucedem os ibéricos na passagem da civilização mercantil para a industrial. Tanto os ibéricos como os povos e territórios que eles descobriram e colonizaram foram conscritos aos sistemas de dominação econômica das potências imperialistas industriais, que emergiram e se espalharam por toda a terra, reordenando-a como seu contexto neocolonial (RIBEIRO, 2007, p. 56-60).

Porém, desde os fins do século XIX, “com o desenvolvimento do processo civilizatório, a Europa acabara por ver quebrados os dois pés sobre os quais se sustentavam sua hegemonia e sua riqueza: o domínio e a exploração dos povos coloniais e o monopólio da tecnologia industrial moderna” (RIBEIRO, 2007, p. 61). Surgiram novas nacionalidades, no mundo extra-europeu, não apenas autônomas no campo político, mas também autárquicas e competitivas, pelo desenvolvimento de economias industriais próprias. A civilização unicêntrica europeia se transformara num sistema policêntrico, cujos núcleos de poder se dividem em vários continentes. Cada país industrializado se fizera

centro de exploração de povos atrasados e era compelido a aprofundar seu domínio sobre eles, "porque a espoliação se tornara condição de sua prosperidade" (RIBEIRO, 2007, p. 61).

Assim como os demais países latino-americanos, o Brasil chegou à Independência, mas não se tornou independente nem ao menos alcançou as condições mínimas necessárias para um desenvolvimento com autonomia. Pois, como diz Darcy Ribeiro (2007, p. 40):

[...] uma área colonial pode independentizar-se na forma de uma *aceleração evolutiva* que a capacite a desenvolver-se autonomamente como um novo foco de expansão, como ocorreu com os Estados Unidos da América do Norte. Ou apenas independentizar-se formalmente e, por via da *atualização histórica*, ascender da condição colonial à neocolonial.

A revolução industrial correspondeu, na América Latina<sup>6</sup>, à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fez surgir um conjunto de países que passaram a girar em torno da Inglaterra. Ignorando-se uns aos outros, os novos países se articularam diretamente com a metrópole inglesa, passando a produzir e a exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo e de empréstimos destinados a sustentar a capacidade de importação (MARINI, 2000, p. 108). Para Ruy Mauro Marini (2000, p. 109),

[...] é a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas e ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

---

<sup>6</sup> A análise que faremos nesta seção tem como referência a América Latina, o que inclui e, ao mesmo tempo, amplia o olhar sobre o contexto brasileiro (referência central de nosso trabalho).

Aliás, a criação da grande indústria moderna teria sido drasticamente obstaculizada não fossem os países dependentes. O incremento da mão-de-obra operária industrial – e da população urbana ocupada na indústria e nos serviços – realizado nos centros industriais do século XIX só foi possível por conta dos meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionado em quantidade considerável pelos países latino-americanos. Isso permitiu aos países industriais se tornarem produtores mundiais de manufaturas. No caso da América Latina, à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos se acrescentou logo a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais (MARINI, 2000, p. 111).

A funcionalidade que a América Latina desempenha na economia capitalista mundial resulta ainda maior. Ruy Mauro Marini (2000, p. 112-117) mostra que a participação dos países latino-americanos no mercado mundial contribui para deslocar o eixo da acumulação capitalista industrial da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa. Ao criar uma oferta mundial de alimentos – e, portanto, de bens necessários à reprodução da força de trabalho – a América Latina acaba por reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo a extração de cotas de mais-valia mais elevadas. Portanto, através do aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, os países dependentes latino-americanos alimentam a expansão da produção capitalista nos centros industriais.

No entanto, as condições internas de produção que permitem à América Latina cumprir sua função se revelam perversas. O aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas se fez acompanhar do declínio dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas (deterioração dos termos de troca). Trata-se de um intercâmbio desigual que permite às nações produtoras de bens – manufaturas – que as demais não produzem vender seus produtos a preços muito superiores a seu valor. Assim sendo, as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual buscam compensar suas perdas através do recurso a uma maior exploração

do trabalhador, ou seja, via “superexploração do trabalho”<sup>7</sup> (MARINI, 2000, p. 117-123).

Contudo, para compreender a sua dependência em relação à economia capitalista mundial, é necessário considerar a especificidade do ciclo do capital na economia latino-americana. Pois, como afirma Ruy Mauro Marini (2000, p. 132),

[...] nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo. Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação de dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias.

Na economia exportadora latino-americana, na qual a circulação se separa da produção e se efetua no mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. A tendência, então, é maximizar a exploração da força de trabalho operária, sem se preocupar com as condições de sua reprodução, na medida em que é possível substituí-la através das reservas excedentes de mão-de-obra. Concluimos, portanto, com Ruy Mauro Marini (2000, p. 132) que:

[...] chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição,

---

<sup>7</sup> De acordo com Ruy Mauro Marini (2000, p. 125), isso é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e também com os tipos de atividades que se realizam na economia latino-americana. Na indústria fabril, um aumento de trabalho implica um maior gasto de matérias-primas, já na indústria extrativa e na agricultura, o efeito desse aumento é menos sensível, permitindo incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional. Nessas condições, “a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho”.

radica-se a essência da dependência latino-americana.

Ocorre também uma estratificação no próprio mercado interno dos países dependentes, que significa uma diferenciação de esferas de circulação. Enquanto a esfera “baixa”, dos trabalhadores, baseia-se na produção interna – esfera que é restringida –, a esfera “alta”, dos não-trabalhadores, volta-se para a produção externa, via importação – esfera que o sistema tende a ampliar (MARINI, 2000, p. 135). Estabelece-se uma harmonia entre a exportação de matérias-primas e alimentos e a importação de produtos manufaturados, pela qual a América Latina se articula com os centros industriais.

Assim, é apenas quando a crise da economia capitalista internacional – entre a primeira e a segunda guerras mundiais – obstaculiza a produção para o mercado externo que o eixo da acumulação dos países da América Latina se desloca para a indústria. Mas na industrialização latino-americana a compressão que a economia exportadora exercia sobre o consumo individual do trabalhador só permitiu a criação de uma “indústria fraca”, ampliando-se somente quando fatores externos fechavam o acesso às importações. A industrialização na América Latina não cria, como acontece nas economias clássicas<sup>8</sup>, sua própria demanda, mas nasce para atender uma demanda já constituída (MARINI, 2000, p. 136-140): pela “esfera alta” que não consegue importar<sup>9</sup>.

Partindo, então, do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador [...] (MARINI, 2000, p. 141).

---

<sup>8</sup> “Na economia capitalista clássica, a formação do mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital: ao separar os produtos dos meios de produção, o capital não só cria o assalariado, isto é, o trabalhador que só dispõe de sua força de trabalho, mas também cria o consumidor [...]” (MARINI, 2000, p. 137).

<sup>9</sup> Além da dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial, ocorre “a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia” (MARINI, 2000, p. 141).

Na medida em que avança o processo de industrialização latino-americano, adquire relevo a importação de capital externo, através de financiamentos ou de investimentos diretos na indústria. Por um lado, às economias centrais interessa impulsionar a industrialização a fim de criar mercado para sua indústria pesada. Por outro lado, a concentração de capital nas mãos de grandes corporações imperialistas (com destaque para as norte-americanas) cria uma abundância de recursos disponíveis para aplicação no exterior. O resultado disso pode ser sintetizado na seguinte asserção de Ruy Mauro Marini (2000, p. 145):

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transfere aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente.

Os fluxos de capital vindos dos países centrais geraram algum progresso tecnológico. No entanto, nas condições próprias ao capitalismo dependente, numa estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, as inovações técnicas possibilitaram a intensificação do ritmo de trabalho do operário, mantendo baixa sua remuneração. As novas técnicas de produção se vincularam a ramos industriais produtores de bens de consumo (que tendem a se tornar consumo popular nos centros avançados) destinados aos setores da "esfera alta" da circulação, dada a distância que os separa dos trabalhadores. Continua-se, assim, a centrar a produção em bens que não intervêm ou prescindem do consumo dos trabalhadores, e o progresso técnico avança lado a lado com a maior exploração da força de trabalho. E se isso restringe, inexoravelmente, o mercado interno, também não pode ampliar para além de um certo limite o consumo da "esfera alta", o que torna necessário centrar a circulação sobre o mercado externo: é o retorno da economia exportadora (MARINI, 2000, p. 146-150).

Florestan Fernandes (1999) diria que todos esses apontamentos que fizemos nesta seção se encaixam em dois dos (quatro) tipos de dominação externa por ele caracterizados. Um deles diz respeito ao tipo de dominação externa que apareceu como consequência da reorganização da economia mundial, provocada

pela revolução industrial na Europa. De acordo com Florestan Fernandes (1999, p. 99), a transformação do capitalismo na Europa provocou novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina com as economias capitalistas centrais. As influências externas de países europeus, sobretudo da Inglaterra, no decorrer do século XIX, atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura latino-americana. Todas as possíveis mudanças econômicas, sociais e culturais foram convertidas em puros negócios. “[...] Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina” (FERNANDES, 1999, p. 100).

Outro tipo de dominação externa surgiu mais recentemente, em virtude da expansão das grandes empresas corporativas. Trata-se de um “imperialismo total”, cujo traço específico consiste no fato de que ele organiza a dominação a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa, a implantação de tecnologia, até a educação, a política nacional, etc. (FERNANDES, 1999, p. 100). Nas palavras de Florestan Fernandes (1999, p. 100):

[...] essas empresas trouxeram à região [dos países latino-americanos] um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista [...].

Quiçá exageramos em nossas observações ou delongamos por demais nossa análise, principalmente sobre a dimensão econômica da dependência. Mas temos convicção de que tudo isso é fundamental para um entendimento adequado sobre o capitalismo dependente e para iluminar qualquer análise – que se pretenda crítica – acerca da questão social em países como o Brasil. Cabe-nos, agora, amarrar as idéias esboçadas com o nosso tema.

A questão social na forma como é explicada na Europa por alguns autores considerados “clássicos”, como Robert Castel, não nos proporciona elementos que se podem aplicar ao caso brasileiro – ou dos demais países latino-americanos – indistintamente. O autor que citamos, por exemplo, caracteriza a questão social a

partir da “desagregação da sociedade salarial”<sup>10</sup>, o que é válido para explicar o contexto que lhe serve de observação, mas nem de longe pode ajudar-nos a analisar a questão social no capitalismo dependente brasileiro e latino-americano. No Brasil – como nos demais países da América Latina –, nunca tivemos uma “sociedade salarial”, porque não se quis mercado interno, porque se prescindiu do consumo individual dos trabalhadores, porque somos exportadores ou privilegiamos as camadas dominantes nacionais, enfim porque nossa inserção no capitalismo mundial se faz pela dependência e essa condição torna necessária a superexploração da força de trabalho. Quando falamos em trabalho precário, terceirizado, informal, temporário e até escravo na atualidade, pelo tema da questão social ou não, estamos, muitas vezes sem saber, referindo-nos à nossa dependência em relação aos centros capitalistas avançados: a qual não traz isso como consequência – do subdesenvolvimento – e sim como condição – da inserção no sistema capitalista mundial.

De um lado, temos a dominação externa imperialista, que, sabemos, não é de hoje, mas que na atualidade renova e reinventa suas estratégias de domínio, dissimulando-as, fazendo-as aparecer sem que se possa ver, tornando a exploração cada vez mais cega e tácita. Um “imperialismo total”, como diz Florestan Fernandes (1999), que se realiza por dentro das nações, que inflexiona não só a economia e a política econômica, mas a política social (a saúde, a educação, a assistência social, a previdência), e que influencia de forma decisiva a cultura, incorporando valores individuais e hábitos consumistas (e para isso tendo a mídia como agente privilegiado). De outro lado, temos a dependência, o preço da inserção de países como o Brasil no sistema capitalista mundial, que nos faz exportadores, que restringe o mercado interno, que ignora o consumo do trabalhador e que, sobretudo, provoca a “superexploração da força de trabalho” (MARINI, 2000). E, no centro, a questão social, reproduzida e intensificada por um lado e por outro, que vê suas manifestações se espalhar e se multiplicar, não pela ausência de desenvolvimento, mas pela falta de autonomia que fez e faz nações como o Brasil dependentes e

---

<sup>10</sup> CASTEL, Robert; WANDERLEY, Eduardo; WANDERLEY, Mariângela. *Desigualdade e questão social*. São Paulo: Educ, 1997.

dominadas de fora, enquanto sua massa de trabalhadores continua sendo cada vez mais explorada.

Poder-nos-iam objetar que o Brasil possui um grande parque industrial, que desenvolveu inclusive uma indústria pesada, que se modernizou e hoje até produz tecnologia. Não podemos negar que isso é verdade. Então, neste país não vemos (ou vemos pouco) trabalho precário, informal e temporário, os níveis salariais são elevados e os trabalhadores são notáveis consumidores, além do desemprego (...). É a falácia do crescimento econômico. A quem o fizesse responderíamos: desenvolvimento com dependência e/ou sem autonomia, via dominação imperialista, só faz acirrar ainda mais as desigualdades sociais e o que consegue expandir, na verdade, é a questão social.

### **3 A política dos políticos e as classes dominantes nacionais**

Dedicamos esta seção a dois personagens que, ao longo da história brasileira, desempenharam papel decisivo nos rumos do país. Tanto os governantes quanto as classes dominantes nacionais protagonizaram ações e decisões cujas conseqüências afetaram e afetam toda a massa da população. Evidentemente, não queremos responsabilizá-los pela questão social nem mesmo demarcar suas parcelas de culpa. O que fazemos, aqui, é trazer algumas indicações que nos permitem identificar como políticos e classes dominantes nacionais protagonizam ações que direta ou indiretamente incidem na questão social.

Uma primeira consideração nos leva ao sistema de fazendas de que falamos anteriormente. As formações socioculturais e econômicas que caracterizaram o processo de colonização do Brasil se assentavam, em sua maioria, no sistema de fazendas e no regime latifundiário. Desde já se estabelecia a concentração das propriedades de terra – e da mão-de-obra escrava – nas mãos de uma minoria latifundiária, que se articulava com a Coroa portuguesa garantindo seus respectivos lucros via exportação. Darcy Ribeiro (2007, p. 212) caracteriza bem as ações dos mandatários da época:

A camada senhorial dos fazendeiros, alargada nos políticos, bacharéis e negociantes, todos sustentados na mesma base física e social – a propriedade

fundiária explorada por braços alheios – opera, assim, não como a liderança de uma sociedade nacional, mas como um patronato privatista, vendo a si mesma como nação e só enxergando no povo a massa servil indispensável ao funcionamento do sistema [...].

O que existia (e por formas diferentes continua existindo) era uma comunidade de interesses das classes dominantes e dos agentes externos da exploração, ambos empenhados em manter a escravidão, o latifúndio, a monocultura. Comerciantes, altos funcionários e autoridades representantes da nação colonizadora, de um lado, administravam e dirigiam nos planos político, militar, empresarial e religioso o “empreendimento” socioeconômico que, de outro lado, era comandado de perto por uma camada patronal-senhorial. Os fazendeiros buscavam manter e ampliar seu capital (fazendas) e, ao mesmo tempo, garantir seu consumo de artigos suntuários importados. Os representantes da Coroa, por sua vez, queriam suas maiores parcelas do lucro gerado pelo “negócio” (RIBEIRO, 2007). Assim é que os dirigentes políticos e as classes dominantes da época se relacionavam, cada qual com seus interesses e ambos interessados em manter a escravidão e a exploração de índios e negros, como “agentes internos da dominação externa”.

Para Darcy Ribeiro (2007, p. 215-216), a camada dominante se orgulhava de haver instituído para com seus dependentes um tratamento de autoridade e de amparo, de ter “dignificado” as relações de trabalho e conseguido a fidelidade de seus servidores, através do paternalismo e do compadrio. Os fazendeiros de cada região, vinculados por vizinhança ou parentesco, formavam um sólido grupo dominante, em cujo poder se apoiavam os poderes públicos para a manutenção da ordem e cujos familiares recrutavam os novos quadros de comando político.

Sob tais comandos é que ascendemos à Independência. Surgiu, mais tarde, um novo produto-exportação, o café, tão exigente de terras e de força de trabalho quanto o antigo engenho açucareiro. Em 1850, o regime de posse de terras cede lugar à Lei

de Terras<sup>11</sup>. Essa nova situação é sintetizada por Darcy Ribeiro (2007, p. 217) da seguinte maneira:

Assim se instituem como princípios ordenadores fundamentais da sociedade brasileira: a outorga de terras, em extensões incomensuráveis, não àqueles que as lavravam, mas a uma camada de contemplados, controladores das fontes do poder político; a garantia da legitimidade e da intocabilidade dos títulos de propriedade por um aparato judiciário e policial de repressão; o direito tranqüilo de manter a terra improdutiva por força do instituto de propriedade; o controle da força de trabalho obrigada a engajar-se no sistema como único modo de sobreviver.

Herdeira dos tempos da colonização, essa aliança política entre a classe dominante latifundiária e os governantes foi que presidiu os rumos tomados pelo país após a Independência. De acordo com Darcy Ribeiro (2007, p. 245), a hegemonia política dos cafeicultores, somada pela burguesia portuária, impôs uma ideologia agrarista e hostil a qualquer esforço de industrialização. Daí a orientação antiindustrialista que prevaleceu na política governamental até a Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto,

[...] o Brasil é concebido como um país privilegiado pela natureza para produzir artigos tropicais, cujo enriquecimento só se faria pela ampliação das lavouras, que permitiriam trocar café, algodão, cacau e alguns produtos extrativos por ferrovias e portos que mais facilitassem a expansão agrária, e por manufaturas industriais de consumo (RIBEIRO, 2007, p. 245).

Contudo, a política econômica brasileira acabou caminhando passo a passo rumo à industrialização. Quando a crise de 1929 e, mais tarde, a Segunda Guerra Mundial fizeram barreira ao

---

<sup>11</sup> "A República ratificaria toda uma legislação restritiva de uma forma ainda mais ardilosa. Primeiro, transferindo à autoridade estadual, ainda mais submissa ao poderio latifundiário, o domínio das terras devolutas. Segundo, instituindo formas de demarcação e de registro cartorial das propriedades que tornavam inviável a legitimação de posse ao pequeno lavrador. Terceiro, com a promulgação de um Código Civil que lançava sobre as costas da massa rural todo o peso da 'liberdade de contrato' em nome das relações 'igualitárias' com os proprietários" (RIBEIRO, 2007, p. 217).

mecanismo exportação-importação, abriu-se o caminho para a indústria no Brasil. Os anos que se seguiram a partir daí, segundo Darcy Ribeiro (2007, p. 245-246), foram marcados por duas orientações opostas na política governamental, ambas industrialistas. A primeira, no governo de Getúlio Vargas, nacionalista e estatizante, propugnava a implantação da infraestrutura produtiva e das indústrias de base na forma de empresas estatais. A segunda, com Juscelino Kubitschek, cosmopolita e livre-empresista, defendia a total integração da economia brasileira no mercado capitalista mundial, através da introdução dos capitais e da técnica das grandes corporações internacionais<sup>12</sup>. Não obstante, se Getúlio Vargas reservava ao Estado papel fundamental em áreas importantes, como na siderurgia e na produção de petróleo e energia elétrica, deixava, porém, todas as outras áreas livres à exploração empresarial privada, assegurando-lhes, ainda, o amparo estatal. Já Juscelino Kubitschek abriu o mercado brasileiro às grandes corporações internacionais, garantindo todos os privilégios exigidos para se instalarem no país.

Sob a ditadura de Getúlio Vargas, a burguesia industrial se estabilizou no poder, em associação com os latifundiários, estabelecendo-se um esquema de relações com o proletariado<sup>13</sup>. O governo Dutra (1945-1950) conseguiu manter este compromisso político estável (MARINI, 2000, p. 13-14). Enquanto os interesses da indústria e do setor agroexportador eram prioritariamente atendidos, garantiu-se o acordo e a complementaridade entre ambos. No entanto, como mostra Ruy Mauro Marini (2000, p. 15), a partir do momento em que, no segundo governo Vargas, iniciou-se uma política trabalhista destinada a atrair o apoio operário (João Goulart assumiu como Ministro do Trabalho), aumentando-se o salário mínimo, buscando-se a organização unitária das

---

<sup>12</sup> Na opinião de Darcy Ribeiro (2007, p. 246), “nada contrasta mais na história brasileira que a oposição da política econômica destes dois presidentes. Getúlio Vargas suicida-se, em 1954, culpando a exploração estrangeira pela crise em que mergulhava o país, conduzindo-o àquele gesto. Juscelino Kubitschek o sucede, apelando, para sair da crise, precisamente para o caminho de um alargamento sem precedentes das regalias concedidas ao capital estrangeiro [...]”.

<sup>13</sup> De acordo com Ruy Mauro Marini (2000, p. 13), “[...] neste esquema, o proletariado seria beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação do trabalho do ‘Estado Novo’) e, de outra parte, enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao governo, dentro de um modelo de tipo corporativista”.

diretivas sindicais, e em que pese as declarações contra os lucros extraordinários e a exploração imperialista, as classes dominantes começaram a ver seus interesses ameaçados e reagiram, então, contra o governo<sup>14</sup>.

Com Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas os investimentos públicos se direcionaram para o ingresso de capitais estrangeiros. Isso repercutiu, evidentemente, nas relações entre o setor industrial e o agroexportador. No que concerne ao mercado externo, estabeleceu-se entre os grupos industriais e os agroexportadores uma relação de complementaridade, pois o capital estrangeiro investido na indústria requer o aumento da exportação. No que diz respeito ao mercado interno, a apropriação de toda riqueza produzida no setor agrícola por uma minoria de latifundiários não permitia a ampliação desse mercado aos produtos industriais, gerando oposição entre indústria e agricultura. Contudo, a burguesia industrial, renunciando à política nacionalista, acabara aceitando a participação dos grupos estrangeiros (MARINI, 2000, p. 19-25).

O aumento do setor da burguesia nacional vinculado ao capital estrangeiro tornou cada vez mais possível o acordo entre os grupos dominantes, com os latifundiários e somando-se aos militares. A intervenção militar representou a crescente oposição entre as classes dominantes, de um lado, e o proletariado, as camadas radicais da pequena burguesia e os camponeses e trabalhadores rurais, de outro. A burguesia brasileira, finalmente, aceitara seu papel de sócio menor dos capitais estrangeiros, intensificando a capitalização e rebaixando ainda mais o nível de vida das classes trabalhadoras (MARINI, 2000). Assim é que:

O regime militar que se implanta em abril de 1964 inaugura um novo estilo na política externa do Brasil, cujo principal objetivo parece ser o de conseguir uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos [...] (MARINI, 2000, p. 49).

---

<sup>14</sup> Getúlio Vargas se suicidou, em 1954, e Café Filho assumiu a presidência até 1956, cuja única iniciativa importante fora a Instrução 113, que concedia grandes facilidades ao ingresso de capitais estrangeiros.

O traço distinto dessa nova situação é que para o governo brasileiro, mais do que integrar, tratava-se de colaborar ativamente com o imperialismo estadunidense<sup>15</sup>. Para Ruy Mauro Marini (2000, p. 70), “o que se colocou assim foi a expansão imperialista do Brasil, na América Latina, que corresponde na verdade a um subimperialismo ou a uma extensão indireta do imperialismo norte-americano [...]”. O governo militar promoveu a integração acelerada da indústria nacional com a dos Estados Unidos, mas para atrair os investimentos estrangeiros, buscou baixar os custos de produção no país através da contenção das reivindicações da classe operária. Assim, o subimperialismo brasileiro, pela exigência de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior norte-americano, tem que agravar a exploração da força de trabalho.

A burguesia nacional, por um lado, passou a apostar suas fixas no capital estrangeiro e na integração ao imperialismo norte-americano. Por outro lado, restabeleceu sua aliança com a oligarquia latifundiária e exportadora, mantendo a estrutura agrária e com ela os limites – que caracterizam sua renúncia – ao mercado interno brasileiro. E o resultado, segundo Ruy Mauro Marini (2000, p. 71), é que:

[...] a expansão imperialista da burguesia brasileira tem que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo, o que implica salários baixos e mão-de-obra disponível, isto é, um elevado nível de desemprego; seja porque se processa juntamente com um aumento da penetração dos capitais norte-americanos, o que exige a extração de um sobrelucro da classe operária.

---

<sup>15</sup> “[...] Em janeiro de 1966, regressando de uma viagem aos Estados Unidos, o presidente do GPMI [Grupo Permanente de Mobilização Industrial], o industrial paulista Vitório Ferraz, declarou em entrevista coletiva que a indústria brasileira fabricaria armas de diversos tipos, munições e veículos de guerra para colaborar com os norte-americanos na guerra do Vietnã. [...] Ferraz observou: ‘colaborando no extermínio do Vietcong, o Brasil aproveitaria a capacidade ociosa de suas fábricas e daria lugar à criação de 180 mil novos empregos. Simultaneamente, combateremos o comunismo e nossos problemas de desemprego’ ” (MARINI, 2000, p. 65-66).

Com a efetiva participação das classes dominantes nacionais e com as decisões políticas de nossos políticos chegamos, na verdade, a um “desenvolvimento monstruoso” (MARINI, 2000), incapaz de implementar uma mudança global da economia nacional e em situação de dependência crescente para com o imperialismo internacional. Isso se traduz na agudização da “lei geral da acumulação capitalista”. Como afirma Ruy Mauro Marini (2000, p. 97):

[...] o desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva.

Pois bem, não é nossa intenção – nem temos condições – fazer uma análise sistemática da atuação de políticos e classes dominantes nacionais ao longo da história brasileira. As considerações que fizemos são breves e nem de longe esgotam explicações. Ademais, as contribuições dos autores que nos referenciamos alcançam, de fato, até o contexto da década de 1970. Optamos por não prosseguir as observações que abrangeriam, pelo menos, os anos 1980 e 1990, entre outros motivos porque acreditamos que o exposto já é suficiente ao nosso propósito.

Não obstante, algumas palavras sobre a seqüência histórica merecem ser ditas. Ao findar o regime militar, o Brasil ascendeu à redemocratização e construiu uma nova Constituição. Mas isso não significou autonomia ao país. As pressões externo-imperialistas não só continuaram existindo como inovaram em suas estratégias de ingerência: é a época do neoliberalismo e da globalização. Através de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, as potências imperialistas, principalmente os Estados Unidos, exerceram cada vez mais sua influência sobre as decisões políticas do país e encarceraram a economia brasileira mediante concessões e embargos. Nossas classes dominantes, burguesia industrial e financeira, latifundiários, continuaram aliadas do capital estrangeiro e se enriquecendo como coadjuvantes. E a classe trabalhadora permaneceu superexplorada, ao tempo em que via a redução do gasto social estatal e o não atendimento de suas

demandas e reivindicações. Muito sinopticamente, tal foi o quadro em que vivemos as duas últimas décadas do centenário passado e em que iniciamos o século XXI.

Diante do exposto, faz-se necessário a seguinte indagação: em que medida, afinal, a participação ou atuação das classes dominantes nacionais e dos políticos interfere na configuração da questão social? Se é verdade que estes personagens agem dentro de um sistema econômico e de organização social – o capitalismo –, devemos considerar também que são suas ações e decisões que o levam adiante e imprimem o seu ritmo. No plano interno, é precisamente o poder político e econômico monopolizado pelas classes dominantes e administrado pelos representantes políticos e governantes que define os rumos tomados pelo capitalismo dependente brasileiro. Desde o período da colonização, passando pela Independência e alcançando os tempos da industrialização, podemos perceber como as classes dominantes e os políticos exercem seu poder político e econômico em prol dos seus interesses, tomando as decisões mais importantes e definindo os caminhos seguidos pelo Brasil de acordo com aquilo que consideram “melhor para o país”: que nunca diverge de suas aspirações e que está sempre em concordância com determinados interesses estrangeiros. Acreditamos que a atuação nacional das classes dominantes e dos políticos é fundamental para levar adiante o sistema capitalista no Brasil – sob as condições de dependência que já conhecemos –, sistema esse, sabemos, que produz a crescente polarização riqueza/pobreza e que está, portanto, na gênese da questão social.

Pensamos ao tempo da colonização e percebemos desde já um “acordo” entre as autoridades representantes da Coroa e a classe dominante fazendeira-latifundiária, buscando garantir única e exclusivamente os seus respectivos interesses. Observamos as últimas cinco décadas do século XX e evidenciamos um novo “acordo”, agora envolvendo a burguesia nacional, os latifundiários exportadores, os nossos representantes políticos e governantes e as grandes corporações e organismos internacionais que representam o capital estrangeiro-imperialista. Muitos diriam que as circunstâncias históricas são incomensuravelmente distintas. Nada menos verdadeiro. O que há de comum, entretanto, é que tanto na época da colonização quanto na era da industrialização e da globalização os interesses das classes trabalhadoras foram e são

preteridos ou, na melhor das hipóteses, relegados a um plano absolutamente secundário. O que há de similar, ademais, é que em ambos os contextos a participação política e econômica da massa da população foi e é duramente restringida, no primeiro através da mais brutal violência física e no segundo mediante formas sofisticadas de violência não-física. Qualquer analogia, aliás, de um ponto de vista crítico, tende a confluir na seguinte assertiva: enquanto os interesses das classes dominantes e dos políticos – em total convergência com os do capital estrangeiro-imperialista (ontem Portugal, hoje Estados Unidos) – eram/são atendidos e transformados em realidade, as aspirações da massa de trabalhadores eram/são negadas e, na realidade, transformadas.

O que mostramos nesta seção, enfim, é precisamente como a participação das classes dominantes nacionais e dos políticos foi (e continua sendo) decisiva para que o capitalismo dependente brasileiro e, com ele, a questão social seguisse em frente, pela forma como se articulam os seus interesses, pela associação com o capital estrangeiro, pelas decisões tomadas “pelo alto”, pelo renitente desprezo para com as demandas da classe trabalhadora, pela objeção à efetiva participação política da massa da população, ou seja, por agirem pelo povo mas não para ele, ou por agirem pela nação mas não para ela. Esses personagens só deixarão de ser “agentes internos da dominação externa” quando abdicarem de “olhar para seus próprios umbigos” e entenderem que o capitalismo dependente que levam adiante no Brasil tende a fazer da questão social ainda pior do que ela já é.

#### **4 O imperialismo norte-americano**

Sobre a política imperialista dos Estados Unidos, de certa forma e ainda que indiretamente, já falamos ao longo deste trabalho, especialmente na seção anterior. Não obstante, acreditamos relevante tecer algumas considerações acerca do imperialismo norte-americano, dada sua posição hegemônica no sistema capitalista mundial e em virtude da influência e do domínio que exerce sobre a América Latina. Nesta última abordagem de nosso artigo, temos como propósito mostrar que os Estados Unidos são decisivos para a manutenção das condições de dependência de nações como o Brasil e, principalmente, apontar as conseqüências que sua política imperialista gera sobre a questão social.

Os “colonos do norte” tiveram sua formação como resultante da imigração maciça de europeus (ingleses, holandeses, suecos, entre outros) que não buscavam riqueza e aventura, porque desejavam reconstituir as formas de vida européia em melhores condições. As colônias de povoamento do Norte (implantadas a partir de 1607) se constituíram pela multiplicação de pequenos núcleos europeus, aglutinados pela fusão cultural e integrados pelo comércio. Ao lado de uma colonização de povoamento, criou-se um empreendimento colonial-escravista, as fazendas do Sul, destinadas a lavouras comerciais produtoras de algodão e outros artigos de exportação, apresando negros africanos como escravos. A independência se fez como um projeto dos brancos do Norte. Nos cinquenta anos que se seguiram a partir daí, os Estados Unidos receberam cerca de 25 milhões de imigrantes de diversas nacionalidades, acrescentados agora por judeus, poloneses, italianos e, mais tarde, chineses, mexicanos, dentre outros (RIBEIRO, 2007, p. 371-377).

A primeira fase da industrialização estadunidense se operou com a instalação, no Norte, de fábricas de calçados, vidro, cerâmica, tecidos, entre outros produtos que substituíram as manufaturas inglesas e permitiram integrar economicamente o Norte e o Sul. O centro reitor da economia nacional estava assentado no Norte, que concretizava as oportunidades de industrialização, pela expansão do mercado interno, com protecionismo alfandegário, pelo furto de inovações tecnológicas estrangeiras e com o aproveitamento da mão-de-obra qualificada européia. Através de invenções próprias ou copiadas da Europa, a vida norte-americana se renovou, nos anos seguintes, lançando as bases de uma sociedade industrial. Em 1895, os Estados Unidos já se tornavam a primeira nação do mundo em produção industrial. Desde então, começaram a se expandir os grandes negócios trustificados, os empreendimentos ferroviários, de comunicação, energia elétrica, petróleo. Surgiram os bancos nacionais controladores da grande indústria aglutinada em enormes monopólios<sup>16</sup> (RIBEIRO, 2007, p. 385-387).

---

<sup>16</sup> Ao falar “desses grandes consórcios que controlam conjuntamente o capital financeiro e industrial”, Darcy Ribeiro (2007, p. 387) esclarece que “[...] seus objetivos essenciais permanecem os mesmos: monopolizar as fontes mundiais de

A Segunda Guerra Mundial produziu efeitos profundos sobre os Estados Unidos, que, tornada sua economia a maior do mundo, para manter e expandir sua riqueza montou um vasto sistema militar com bases dispersas por todos os continentes. As técnicas de produção em série foram aprimoradas e implantadas para a produção de armas nucleares, nas imensas indústrias bélicas do mais alto padrão técnico-científico. Conduziu-se, assim, a uma integração entre a hierarquia militar e a direção das grandes corporações. A nação norte-americana se transformara numa “máquina de guerra repressiva”<sup>17</sup>, disposta a manter o regime de exploração capitalista em todo o mundo a qualquer custo (RIBEIRO, 2007, p. 391-398).

Nos tempos contemporâneos, a superpotência estadunidense e suas grandes empresas corporativas lançam mão de um vasto elenco de estratégias de domínio e controle que se caracteriza por ser mais “sutil” e persuasivo do que propriamente coercitivo – ainda que os resultados levem à coerção –, sem prescindir do poderio bélico e militar sempre posto à sua retaguarda e pronto a ser mobilizado a qualquer momento. Para o Brasil e o conjunto dos países latino-americanos, segundo Florestan Fernandes (1999, p. 104),

[...] o processo de modernização, iniciado sob a influência e o controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação de massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável [...].

Trata-se de um “imperialismo total”, como denomina Florestan Fernandes (1999), que organiza a dominação externa a

---

matérias-primas, principalmente os minérios, o petróleo e os produtos agrícolas de exportação; e assegurar-se mercados cativos para os produtos manufaturados”.

<sup>17</sup> Assim foi que “[...] os governos estadunidenses enveredaram para a guerra fria. Esta tem início com o ato mais quente da história do mundo, que foram as bombas de Hiroshima e Nagasaki. Terríveis em si mesmas, e mais ainda porque desnecessárias, uma vez que os japoneses já pediam a paz. Mas indispensáveis para a afirmação da América do Norte como superpotência do mundo” (RIBEIRO, 2007, p. 95).

partir de dentro das economias nacionais, em que as empresas corporativas norte-americanas adaptam as estruturas econômicas, políticas e culturais internas aos seus interesses privados e aos desígnios de potência capitalista dos Estados Unidos. De um lado, a difusão de elementos culturais, privilégio da mídia, carregados de consumismo, de individualismo, de competitividade, requisitando o tipo de cidadão que agrada os norte-americanos – individualista e consumista –, ao tempo em que apresenta a vida de um yanque como sonho de consumo. De outro lado, a investida política, prerrogativa de organismos como o FMI, o BID e o Banco Mundial, em que a diplomacia estadunidense faz valer os seus interesses imperialistas como “regras de conduta” que devem orientar as decisões políticas no plano nacional. A dimensão econômica é, portanto, uma das faces dessa dura realidade, que não se apresenta de modo exclusivo, pois é acompanhada de um elenco de estratégias que visam a incorporação de países como os latino-americanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos.

Vê-se, então, que para a política imperialista norte-americana pouco importa se seu domínio é exercido à base do poderio bélico e militar ou se se concretiza pela ingerência política e difusão cultural. O importante é garantir seus monopólios, seus mercados, seu poder político e econômico, sua hegemonia de potência capitalista. Faça-se pela guerra ou por qualquer outro meio que exista ou se crie, são os próprios interesses que os Estados Unidos querem – incondicionalmente – preservar, e todas as suas alianças políticas e acordos comerciais podem voltar-se contra os seus associados se, por alguma maneira, existir a mais ínfima hipótese de ameaça ou prejuízo às suas “grandiosas intenções”. Como afirma Florestan Fernandes (1999, p. 105):

os campeões da liberdade e da democracia agora estão apoiando todo tipo de iniquidades, para assegurar os interesses privados de suas empresas corporativas ou o que supõem ser a segurança de sua nação.

Não é preciso uma argumentação exaustiva para demonstrar que o domínio imperialista que os Estados Unidos exerce sobre os países latino-americanos os faz ainda mais dependentes e restringe cada vez mais qualquer possibilidade de desenvolvimento

autônomo. Seja na esfera da economia, através das grandes corporações empresariais, dos monopólios, do controle dos mercados, da posição hegemônica no sistema capitalista mundial; seja no plano político, mediante organismos internacionais e a própria influência da Casa Branca; seja, ainda, na esfera da cultura, tendo a mídia e os meios de comunicação em geral como principais aliados; o imperialismo norte-americano mantém países como o Brasil aprisionados em suas condições de dependência e subordinação.

Há, pelo menos, duas graves conseqüências que a política imperialista dos Estados Unidos gera sobre a questão social brasileira e latino-americana. A primeira delas diz respeito à própria reprodução e intensificação da questão social. Não bastasse que o sistema capitalista em si produz, inexoravelmente, a concentração de renda e riqueza nas mãos de uma minoria capitalista, enquanto a classe trabalhadora se vê assaltada dos seus meios de subsistência, o imperialismo estadunidense, simultaneamente, reproduz as condições de dependência de países como o Brasil, agravando ainda mais e tornado mais perversa a questão social na medida em que exige a exploração da força de trabalho em graus mais elevados. Ou seja, o capitalismo imperialista levado a cabo pelos Estados Unidos, em sua estratégia de superpotência mundial, ao requerer e exigir o capitalismo dependente de nações como as latino-americanas, intensifica e torna mais grave a questão social nesses países, pois a dependência precisa ser contrabalançada pela maior exploração dos trabalhadores.

A segunda conseqüência do imperialismo norte-americano sobre a questão social no Brasil e na América Latina concerne à histórica ilusão de que a associação com o capital estrangeiro conduz ao desenvolvimento econômico e, assim, melhora a qualidade de vida da população. Enquanto essa "intencional" ilusão toma conta das decisões políticas e do pensamento das classes dominantes, países como o Brasil não só abdicam das possibilidades de um desenvolvimento pleno e universal como apostam num caminho errôneo e perverso, cujo preço tem sido o acirramento das desigualdades e a multiplicação das expressões da questão social. A massa de trabalhadores brasileiros ou latino-americanos deve sentir calafrios quando as autoridades políticas nacionais falam da panacéia do crescimento econômico, pois do

seu ponto de vista o acordo com o capital estrangeiro norte-americano é, na sua essência, contraproducente.

Decidimos finalizar esta última seção convidando o leitor a refletir. Não encontramos melhor forma para isso que a reprodução de uma brilhante passagem escrita por Darcy Ribeiro (2007, p. 402) sobre nossos colegas norte-americanos:

Nessas novas condições sociais, é o espírito do prato de lentilhas, tão oposto ao espírito dos “pais fundadores” e tão mesquinho diante de figuras como F. D. Roosevelt, que marca, hoje, o perfil moral do norte-americano. É preciso não perder o emprego. É preciso ter uma promoção. É preciso trocar de carro. É preciso odiar aquele negro. É preciso agradar ao patrão, ao gerente, ao subgerente e ao capataz. É preciso ser bom moço. É preciso acabar com os comunistas. Sobretudo é preciso não pensar em política. Não ser político. Porque o bom “norte-americano” nem quer saber se Kennedy foi assassinado. Nem se as guerras e as guerrilhas pelo mundo afora são justas ou injustas. Não é matéria sua. Ainda que seu filho esteja lutando no Vietnã ou conduzindo pelos céus do mundo a bomba que acabará com tudo, com ele e com todos nós.

### **Considerações finais**

Primeiramente, faz-se necessário um registro. Com exceção do que se refere especificamente ao Brasil, tudo que dissemos se aplica, de uma ou outra maneira, aos demais países de capitalismo dependente – especialmente os latino-americanos, sobre os quais temos algum conhecimento. E mesmo aquilo que é particularidade brasileira, certamente, tem analogia com outros países de capitalismo dependente, pois a semelhança, que não é coincidência, é fato de estarem todos envolvidos em condições de dependência e heteronomia.

Sabemos que uma crítica logo poder-nos-ia ser dirigida, pois falamos de questão social sem dar a devida atenção à luta de classes. É consensualmente aceite que a questão social foi designada como tal no contexto da emergência do proletariado no cenário político. Não discordamos disso e, aliás, foi que dissemos na introdução. Mas convidamos a pensar. Porque em países de capitalismo dependente, como o Brasil, mesmo não explicitada como tal, a questão social já se fazia sentir desde a colonização. O

fato dos pobres não reclamarem organizadamente da sua pobreza não quer dizer que esta não existia. Se desde a colonização havia pobreza e exclusão (no acesso à riqueza, pelo menos) é porque expressões da questão social se tornaram manifestas muito antes de sua suposta declaração. Portanto, a nosso ver, a luta de classes do proletariado se refere não ao surgimento ou à configuração da questão social em si, mas à sua transformação em demanda política.

As conclusões a que chegamos a partir deste trabalho teórico e dos estudos que o proporcionaram podem ser sintetizadas da seguinte maneira: 1) a questão social em países de capitalismo dependente, como o Brasil, já se manifestava há muito tempo, pois desde a colonização estavam dadas as bases que a determinam; 2) a inserção de países como os latino-americanos no sistema capitalista mundial em condições de dependência e sob a dominação imperialista faz intensificar ainda mais a questão social nesses países, sobretudo porque exige a superexploração do trabalhador como contrapartida; 3) pelo poder político e econômico que monopolizam, e pela defesa incondicional dos seus próprios interesses em associação com os do capital estrangeiro, a atuação nacional das classes dominantes e dos políticos é fundamental para levar adiante o capitalismo dependente e, com ele, a ampliação da questão social em países como o Brasil; 4) o imperialismo norte-americano, pela dominação que exerce (principalmente) sobre a América Latina, por reproduzir suas condições de dependência, por impedir a possibilidade de autonomia no seu desenvolvimento, constitui fator de agravamento da questão social latino-americana.

MENEGHETTI, G. The Social Subject in the Dependent Capitalism. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 17, n. 1, p. 133-168, 2008.

- *ABSTRACT: The present article has as theme the social subject, understood as the group of expressions of the social inequalities which come from the capitalist system and of its inherent contradiction capital/work. The analysis context is the dependent capitalism, considered as economical-political-social system of organization of the production of a group of countries in which the insertion in the world capitalism happens in a dependent and complementary way in relation to the advanced capitalist centers. Brazil is the privileged space, concerning the analysis in terms of Latin America. The defended theory considers that it is only from a critical analysis of the particularities*

*assumed by the dependent capitalism that we can get to an appropriate and complete understanding on the social subject in the countries of the capitalist periphery. The objective is to increase elements and to enlarge analytical focuses concerning the social subject in the dependent capitalism. The theoretical referential is based on three authors linked to the "Marxist theory of the dependence": Darcy Ribeiro (2007), Ruy Mauro Marini (2000) and Florestan Fernandes (1999).*

- **KEYWORDS:** *Social Subject; Dependent Capitalism; Imperialistic Dominance.*

### **Referências**

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Bernardo. *América Latina: história, idéias e revolução*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Artigo recebido em 10/2007. Aprovado em 07/2008.